

TURISMO: VANTAGENS OU PERDAS PARA AS COMUNIDADES LOCAIS?

Dayany Silva Barros da Costa¹
Marinalda Pereira de Araújo²

RESUMO

O presente artigo trata da relação entre as temáticas do turismo, cultura e meio-ambiente e dos desafios para a resolução do conflito vivenciado pela comunidade São José, (bairro popular de João Pessoa- PB), ameaçada de desapropriação pelo Governo Municipal, Estadual, por seu caráter poluidor da paisagem urbana, já que a mesma se localiza nas proximidades do segundo maior shopping do Nordeste. A problemática envolve interesses de grupos externos, em confronto com os interesses da comunidade de permanecer em seu território, desconsiderando direitos de cidadania. Com o objetivo de compreender esta realidade adotou-se a abordagem de Bruno Latour (1994), em que as demandas da sociedade e natureza devem ser tratadas de forma simétrica em relação aos interesses de ambas as partes. Dessa forma busca-se responder ao questionamento até onde o turismo está prevalecendo sobre a comunidade e sobre o meio-ambiente. Partindo da perspectiva de que o turismo em sua dimensão econômica produz na comunidade, impactos positivos, como o crescimento econômico local. Contudo, esse crescimento não se traduz em desenvolvimento, devido aos impactos negativos constatados, entre eles a rápida degradação do meio-ambiente com a expansão do shopping sobre o Rio Jaguaribe, que corta a comunidade, representando grande impacto ambiental.

Palavras-chave: Turismo; conflito; meio-ambiente.

ABSTRACT

This article deals with the relationship between the challenges and the issues of tourism, culture and environment from an analysis of the conflict experienced by the community São José, (class neighborhood in João Pessoa), threatened with expropriation by the Municipal Government, state, by its character polluter of the urban landscape, since it is located near the second largest mall in the Northeast. The issue involves the interests of outside groups in conflict with the interests of the community to stay in their territory, excluding citizenship rights. Aiming to understand this reality we start with the perception of Bruno Latour (1994) where society and nature have to be addressed from a general framework of analysis in which the demands of both should be treated symmetrical. Thus we seek to answer the question tourism is far more important that the community and the environment. Starting from the perspective that tourism in its economic dimension provides community strengths, such as local economic growth. But this growth does not translate into development due to the negative points observed, as the drastic and rapid degradation of the environment (expansion of shopping on the Jaguaribe river that cuts through the community, representing major environmental impact).

Keywords: Tourism; conflict; environment

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre o impacto do Turismo sobre a comunidade São José evidencia os problemas de cunho socioeconômico ambiental que ameaçam dessa maneira a vida social dos moradores deste bairro popular. Tendo em vista a influência econômica de interesses externos, bem como habitantes do bairro Manaíra e empresariado das proximidades, os Governos Municipal e Estadual vêm impondo decisões de cunho arbitrário à população local. O projeto urbanístico para o bairro prevê a desapropriação das casas desses sujeitos marginalizados da vida social do bairro e do entorno, para proporcionar uma nova paisagem ao shopping. Trata-se da construção de mais de 2000 habitações e de uma praça, concedendo uma limpeza visual da paisagem da comunidade socialmente marginalizada, que reúne moradores dos bairros próximos e turistas.

Por esse escopo, este trabalho visa apresentar uma discussão através de uma pesquisa em veículos midiáticos e de revisão bibliográfica, acerca da formação da comunidade de São José e dos conflitos em relação ao poder público e o shopping, para responder até onde os interesses turísticos prevalecem sobre a comunidade e sobre o meio-ambiente. O conflito de interesses envolve, portanto, distintos atores sociais como o setor privado, público e a comunidade.

Perceber a especificidade da relação entre bairro, comunidade, meio-ambiente e turismo, nos fez atentar para os desafios metodológicos implicados na utilização da teoria ator-rede de Bruno Latour, com base na antropologia simétrica. A partir daí delimitamos o híbrido objeto deste estudo, como sendo o rio Jaguaribe, que constitui o alvo da controvérsia e se relaciona tanto com o Manaíra Shopping, quanto com a comunidade São José.

SOBRE O RIO JAGUARIBE E SUAS MARGENS

O rio Jaguaribe, que em tupi-guarani significa “rio das onças” (pois nos tempos em que o litoral em João Pessoa era predominantemente Mata Atlântica, esse era habitat de onças, teiús, cágados, aves e muitos outros animais nas suas margens), nasce no bairro Esplanada na zona sul da cidade de João Pessoa, as margens da BR 101. É o maior rio da cidade com extensão de aproximadamente 20 km, recebendo no seu percurso um único afluente importante, o rio Timbó, mas também recebe em seu curso águas pluviais e esgotos clandestinos de mais de dez bairros da cidade, sendo por isso muito poluído.

A Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba - CAGEPA possui uma estação elevatória de esgotos ao lado da Av. Min. José Américo de Almeida, e quando a bomba elevatória se quebra ou falta energia elétrica o esgoto é forçosamente despejado no rio Jaguaribe. Seu percurso foi modificado há algumas décadas, sendo desviado para o rio Mandacaru, na altura do Shopping Manaíra, com a finalidade principal de diluir os esgotos que eram despejados diretamente no rio Paraíba. Ao lado do shopping há um canal conduzindo parte das águas do rio Jaguaribe (do trecho desviado) e águas pluviais (que antes eram despejadas no rio) para o trecho do Jaguaribe que continua fluindo lentamente, passando ao lado do supermercado Hiper Bom Preço (paralelamente à BR 101), e próximo a “Mata do Amem” (Floresta Nacional da Restinga) seguindo na direção da praia, onde desemboca formando um pequeno manguezal.

Em Junho de 2010, a EMLUR – Empresa de Limpeza Urbana, de João Pessoa, numa operação de limpeza, retirou no trecho entre da comunidade de São José em Manaíra, cerca de 400 toneladas de lixo, entulho e vegetação. Em 2011, o PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, instituído no governo do Presidente Lula, projetou um plano de revitalização, do Baixo Jaguaribe que margeia a comunidade Saturnino de Brito, no bairro de Jaguaribe até a comunidade São Jose, bairro de Manaíra, totalizando uma área de quase 35 mil hectares. O rio Jaguaribe é um marco histórico de grande relevância para a Paraíba, pois foi por ele que os holandeses invadiram a Paraíba.

A comunidade São José, localizada às margens do Rio Jaguaribe, entre dois bairros de classe média, Manaíra e, João Agripino, em João Pessoa/PB, surgiu na década de 1970, por invasões de famílias vindas do interior que se dirigiam a capital do Estado. Atualmente a comunidade abarca uma população de aproximadamente 15 mil habitantes (PONTO DE CULTURA PARA'WA MULTIVISUAL.NET, 2012), apresentando uma das mais altas densidades demográficas do país, com altos índices de violências e com o mínimo de serviços urbanos prestados. Com características de favela, como ocupação desordenada e em áreas de risco ambiental, precariedade das moradias, insalubridade, sem espaços de sociabilidade, alta densidade construtiva e má condições de habitabilidade. Como forma de melhorar a situação vivenciada pelos moradores, foi criado o Ponto de Cultura Para'wa Multivisual.Net que é uma política pública que tem por finalidade a inclusão digital aos moradores do bairro São José e a valorização da cultura local.

A comunidade São José possui um dos piores indicadores socioambientais e urbanos da cidade de João Pessoa e do mundo. O Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) da comunidade é de 0,37. O IQVU de Manaíra, seu vizinho, é de 0,798 (o índice máximo é um). O Índice de Salubridade Ambiental (ISA) da comunidade em estudo é de 39,19 (acima de 50 é considerado satisfatório) e a longevidade não passa dos 50 anos, 23,5 anos a menos do que a longevidade prevista para o brasileiro. É uma comunidade que sofre grande segregação sócio-espacial seguido de problemas de violência urbana, insegurança, desemprego e agressão ambiental.

O Manaíra Shopping, localizado no bairro de Manaíra vizinho à comunidade São Jose é o maior centro de compras e entretenimento da Paraíba e oferece varias opções de lojas para compras, Praça de Alimentação composta por restaurantes de culinária nacional e internacional, além de uma vasta área de lazer e opções de serviços. Neste sentido, atrai não só um público de moradores da cidade como também visitantes ou turistas. Sua construção durou aproximadamente dois anos, sendo inaugurado em 11 de novembro de 1989, gerando grande polêmica por estar sobre uma área de mangue, desrespeitando as leis ambientais.

O Manaíra Shopping foi pioneiro na cidade em muitos aspectos. Já passou por quatro grandes ampliações em 1993, 1997, 2002, sendo a mais recente, em 2007, quando se tornou o segundo maior centro de compras do Nordeste com mais de 10 mil metros quadrados.

A primeira fase da ampliação do Shopping foi feita com uma intervenção que desviou um trecho do leito original do Rio Jaguaribe, passando a correr apenas através de um canal por baixo do estacionamento do Shopping. E em etapa seguinte de ampliação, parte do edifício foi feito sobre o rio. Considerando que o leito de um rio é uma área publica inalienável, esse ato ignóbil, contou com a cumplicidade e omissão da Prefeitura Municipal

de João Pessoa, da Câmara Municipal e do aval da Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA.

Dessa forma, devido à ampliação do Manaíra Shopping, considerado como equipamento de atração turística, foram afetados não só o rio como a comunidade, pelo fato de haver provocado a relocação de moradores causando prejuízos financeiros e afetando o direito de cidadania, pois serão relocados sem acordo (sem discussão entre os poderes públicos e a comunidade). O rio por ter perdido parte de seu leito, sendo cada vez mais degradado por conta do crescimento físico e estrutural do shopping.

Com o objetivo de analisar essa realidade de forma simétrica, através de um olhar crítico sobre o fato, partimos da perspectiva de Latour, para verificar a multiplicidade de olhares sobre o tema de forma a relativizar opiniões individuais para compor uma conjuntura mais ampla, ou seja, uma reunião do coletivo. Entendendo coletivo, segundo LATOUR (2006) como interação dos atores das redes em várias dimensões econômicas, políticas, sociais, científicas, históricas, culturais e etc. Esse estudo das redes envolvidas de forma coletiva se justifica na medida em que gera controvérsia que ajuda a mostrar os momentos cruciais do conflito entre a comunidade, o shopping, os defensores ambientalistas do rio e, os poderes públicos.

A COMUNIDADE, O SHOPPING E O RIO: O CONFLITO POR TERRITÓRIO

Diante dos conflitos entre a comunidade, o shopping e o rio, no dia 28 dezembro de 2011, foi aprovado pela Câmara de Vereadores da cidade de João Pessoa um projeto da administração municipal que cria uma Zona Especial de Interesse Social (Zeis) na comunidade São José. A criação da Zeis teve por finalidade promover ações de melhoria habitacional e regularização de propriedade de terrenos para reduzir a demanda gerada pela ocupação irregular existente na área.

O projeto de urbanização da comunidade São José foi apresentado pela Prefeitura de João Pessoa e propõe a demolição de moradias localizadas em áreas de risco e em más condições de higiene e a construção de 2.961 novas casas e praças. O projeto faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal e vai contar com cerca de R\$ 193 milhões em investimentos. As obras foram iniciadas no início de 2012 e devem terminar no segundo semestre de 2013. O projeto prevê seis tipos de imóveis a serem oferecidos aos moradores. As unidades habitacionais terão área variável, que vão de 40 a 48 metros quadrados e serão as primeiras moradias verticais do bairro. Além das casas, sete novas praças estão previstas no projeto de reordenamento urbano. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, 2011)

Para quem observa a realidade da comunidade São Jose, de fora, apenas de passagem, considera formidável este projeto que está tirando milhares de pessoas de área de risco, mas o importante é observar que existem moradores que possuem casas na comunidade com mais de 100 m², quase três vezes maior do que as oferecidas pela prefeitura. Outro problema é que nesse projeto não serão respeitadas as particularidades da comunidade, o apego cultural e afetivo que aqueles moradores possuem com aquele lugar, o projeto da Prefeitura, vai criar um padrão urbano que irá homogeneizar aquela comunidade, que corre risco de se descaracterizar e perder sua identidade com o lugar.

Desta forma, esse projeto gerou muito conflito e os moradores ficaram revoltados com a possível perda de suas casas, fizeram varias manifestações e conseguiram mobilizar a Comissão de Direitos Humanos da OAB, para protestar. Posteriormente a formação de uma comissão que reuniu vários segmentos sociais como vereadores, moradores, representantes da Prefeitura e da Comissão de Direitos Humanos da OAB com o objetivo de discutir e avaliar o Plano de reestruturação e urbanização da comunidade São José, para tentar encontrar soluções para acabar com o impasse, gerado em torno do projeto, e que atendam as reivindicações dos moradores e da própria Prefeitura.

Foram realizadas algumas audiências públicas no Plenário da Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP), através da proposta pela vereadora Eliza Virgínia (PSDB), para debater o Plano e ouvir as reclamações dos moradores da comunidade São José. “Temos que encontrar soluções para resolver o impasse criado com relação ao plano, e para atender as reivindicações dos moradores do bairro São José. Ninguém tem o direito de impor um projeto que, ao invés de favorecer, prejudique a comunidade”, declarou a vereadora Eliza, autora da propositura. Os moradores da comunidade compareceram, em massa à audiência, apresentando um documento com mais de 10 reivindicações que poderiam ser incluídas no projeto, como a manutenção da creche que já existe; a regularização dos títulos dos proprietários; relação real das pessoas que moram às margens do rio e encostas; limpeza do rio; saneamento básico; coleta de lixo; alargamento das vias para melhorar o tráfego; instalação de pontes para a passagem de motos e veículos; construção de uma escola e de apenas uma praça.

O projeto já foi iniciado, as reivindicações dos moradores não foram ouvidas e algumas casas já estão prontas, mas em seu plano o projeto de mobilidade urbana da Prefeitura só serve para atender interesses de empresários e a grandes grupos, o projeto não visou questões de máxima relevância para a comunidade como: segurança, saúde, educação, infraestrutura, desobstrução da margem o rio (com a demolição da parte do shopping que fica sobre ela) e muito menos o reflorestamento de sua mata ciliar. O que vai continuar acontecendo é a desembocadura do esgoto no rio Jaguaribe e suas margens vão continuar obstruídas, as perdas não vão ser apenas financeiras, mas também ambientais e sociais.

Neste projeto de mobilidade urbana, o único favorecido é o Manaíra Shopping que ampliou seu pátio de estacionamento sobre uma área pública situada na faixa mínima de proteção ambiental da margem do rio Jaguaribe, o que provocou um dos mais acalorados debates sobre degradação ambiental na cidade, envolvendo o empreendimento, a sociedade organizada, os órgãos ambientais e o ministério público. Considerando a taxa de cobrança do estacionamento do shopping pode-se avaliar os ganhos aferidos pelo empresário proprietário com a invasão de uma área pública.

A Justiça Federal determinou a suspensão, em liminar, de novas obras de ampliação no Manaíra Shopping, e na ação principal, pede-se ampla reparação dos danos ambientais causados ao rio Jaguaribe e às suas margens, abrangendo remoção de construções e da impermeabilização do solo, recomposição da vegetação na área de preservação permanente (APP) e indenização financeira compatível com os prejuízos materiais e morais incalculáveis causados à coletividade pelo comprometimento de valiosos ecossistemas no local, ao longo de vários anos. O problema é que os advogados do Shopping conseguem recursos, que adiam o comprimento da ação.

O rio Jaguaribe já conta com alto grau de desmatamento certa de 80% de seu curso já não possui nenhum tipo de vegetação, o rio esta se transformando em um imenso esgoto domésticos a céu aberto e precisa de forma imediata de: demarcação de um perfil sanitário do rio; de dragagem feita de uma forma completa e não só por partes; trabalhos de Educação Ambiental com as comunidades ribeirinhas; implantar um sistema de macrodrenagem das águas pluviais nas áreas urbanizadas da bacia, como forma de conter o carregamento de areias dos logradouros para a calha do rio; arborizar ou reconstituir a vegetação nas margens e nas áreas mais atingidas; reconstituição da fauna aquática e implantação de atividades para incentivar a adoção de hábitos higiênicos com vistas à preservação da saúde dos moradores das comunidades ribeirinhas.

O fluxo turístico produzido pelo shopping deve ser analisado, antes de tudo, como uma prática social que produz profundas repercussões no espaço geográfico, uma vez que essa prática resulta no consumo de espaço, por meio da paisagem como recurso turístico (CRUZ, 2003). Na busca do crescimento do turismo na cidade de João Pessoa, a paisagem urbana foi constantemente alterada, com o intuito de produzir lugares turísticos. Não por acaso, o turismo é responsável por grandes transformações no espaço litorâneo regional e tem modernizado a estrutura econômica de muitos lugares, bem como causado a desterritorialização de comunidades locais. Na proporção em que a praia, o verde e outras amenidades se convertem em fatores de valorização do espaço litorâneo, mais se intensifica o processo de uso e ocupação do solo, o que resulta em degradação de recursos da natureza.

As transformações urbanas ocorridas na cidade estão diretamente ligadas aos interesses das elites políticas e econômicas, usando o Estado como agente de estruturação do espaço urbano. A degradação decorrente da obra ocorreu, principalmente, nos rio Jaguaribe que teve seu curso interceptado pelas vias de acesso, comprometendo, em especial, a sobrevivência do manguezal. A preservação da natureza que parece constituir um aspecto funcional ao turismo nem sempre é levada a sério.

Isso nos mostra a contradição que vive a cidade de João Pessoa, ou seja, enquanto a maioria das cidades brasileiras tenta recuperar os ecossistemas destruídos das margens dos seus principais rios urbanos, na capital paraibana, a iniciativa privada e o poder público caminham na contra mão do desenvolvimento urbano pautado na sustentabilidade ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o conflito existente entre a Comunidade São José, o Manaíra Shopping e o rio Jaguaribe que vem sendo cada vez mais degradado, fica evidente a omissão dos poderes públicos em relação à comunidade como principalmente a proteção do rio, reforçando a exclusão econômica, social, cultural e ambiental, e uma violenta e rápida transformação do território proporcionando efeitos trágicos sobre a sustentabilidade ambiental e social.

Assim com a política praticada atualmente na cidade de João Pessoa, demonstra que o crescimento econômico trazido pelo turismo está prevalecendo sobre as questões sociais e ambientais, mas como diz Latour a comunidade, o shopping e o rio podem conseguir através da mediação de seus conflitos o meio termo, atendendo demandas de cada parte gerando consecutivamente um desenvolvimento com padrões sustentáveis.

NOTAS

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais-UFPB dayanysbc@hotmail.com

² Graduanda do curso de Ciências Sociais-UFPB mari_engell@hotmail.com

REFERÊNCIAS

CRUZ, Rita de Cássia A. **Turismo, território e o mito do desenvolvimento**. In: Espaço, turismo e desenvolvimento. Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, vol. 3, n. 1, jan./jun. p. 19-26, 2000.

_____. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

FREDRICH, Breno. **A História do Shopping: Até onde cresceu o Manaíra Shopping, o 2º maior do Nordeste**. Paraíba. 2010. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1027907>. Acesso: 20 de out de 2012;

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000;

MEDEIROS, Mayra. **Poluição em mangues**. Espaço Ecológico. Brasil, 2010. Disponível: http://www.espacoecologicoanoar.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15300&Itemid=1. Acesso em: 03 de Nov de 2012;

MELO, Antônio S. Tavares. Projeto de pesquisa vale do Jaguaribe. Coordenação de geografia, UNIPÊ, junho 2001. s.p.

LIMA, Marco Antonio Suassuna. **Proposta de Requalificação Urbana para o Bairro São José - João Pessoa/PB**. UNIPÊ. Paraíba, 2007. Disponível: <http://arqpb.blogspot.com.br/2007/09/requalificacao-urbana-para-o-bairro-de-so.html>. Acesso em: 03 de Nov de 2012;

_____. **Segregação sócio-espacial e desenho urbano em assentamentos espontâneos: o caso do bairro São José em João Pessoa PB**. ARQUITEXTOS. Paraíba, 2006. Disponível: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/356>. Acesso em: 01 de Nov de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Casas do projeto de urbanização da PMJP no bairro São José serão gratuitas**. Paraíba, 2011. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/casas-do-projeto-de-urbanizacao-da-pmjp-no-bairro-sao-jose-serao-gratuitas/>. Acesso em: 25 de out de 2012.

PONTO DE CULTURA PARAIWA MULTIVISUAL NET. Paraíba. 2012. Disponível em: <http://www.multivisualnetbsj.xpg.com.br/index.htm>. Acesso: 20 de out de 2012;

RESENDE, Andre. **Justiça proíbe novas obras no Manaíra**. Primeiro Caderno: Dia a Dia. Paraíba. 2010. Disponível em: http://www.jornalonorte.com.br/2010/12/31/diaadia2_0.php. Acesso: 20 de out de 2012.